



**CONGRESSO NACIONAL**

**ETIQUETA**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b>
02/02/2017

<b>Medida Provisória nº 759/2016</b>
--------------------------------------

<b>Autor</b>	<b>Nº do Prontuário</b>
<b>Deputado João Daniel (PT-SE)</b>	

<b>1. X Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b>	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutivo Global</b>
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprime-se o §5º, do Art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, com a redação dada pelo Art. 4º da Medida Provisória nº 759, de 2016.

**JUSTIFICAÇÃO**

O dispositivo objeto desta Emenda fixa que “não se operará a resolução do título prevista no § 4º caso seja firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC ambiental com vistas à reparação do dano, permitida a liberação da condição resolutiva após a demonstração de seu cumprimento”.

A manutenção do dispositivo representa uma autorização branca para o descumprimento das poucas exigências no plano ambiental para a garantia da alienação do imóvel ocupado.

Ainda que essa possibilidade venha a ser adotada, todavia não tem sentido uma Lei que diz: “se você desmatar a RL ou a APP de forma irregular você perde o direito previsto no programa Terra Legal. Em seguida, diz: relaxa, pois se desmatar assine um TAC e está tudo resolvido!”

**PARLAMENTAR**

**Deputado JOÃO DANIEL**

**PT/SE**

CD/17929.15877-63